

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.079 - SP (2019/0234587-8)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE : KELY REGINA LOPES**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**MATHEUS BORTOLETTO RADDI**  
**EMBARGADO : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E**  
**URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**  
**ADVOGADOS : EDUARDO HENRIQUE MOUTINHO - SP146878**  
**ELISANDRA DANIELA MOUTINHO - SP249711**  
**LEONARDO FURQUIM DE FARIA - SP307731**

### **DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por KELY REGINA LOPES, contra decisão monocrática às fls. 339-340, por mim proferida, que negou provimento ao agravo em recurso especial, pela incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

Nas razões recursais, sustenta a parte embargante que (fl. 343):

Com o máximo respeito, Excelência, o pronunciamento judicial supra se afigura contraditório e dele próprio se extrai, exatamente, a controvérsia trazida ao crivo desta Corte Superior de Justiça.

De fato, o TJSP, no acórdão recorrido, considerou que é devida a reintegração de posse, pois a recorrente não ocupa o imóvel na condição de cessionária e com a devida anuência da CDHU, de tal forma que sua ocupação seria irregular.

Ocorre, todavia, que, consoante sustentado no Recurso Especial, “afigura-se absolutamente irrelevante a falta de anuência da requerida com a cessão realizada pelos mutuários ao irmão da Embargante, que, após, tornou-se possuidora da res.”.

É o relatório. Decido.

2. A irresignação não prospera.

3. Os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada às hipóteses previstas taxativamente no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - a existência de: 1) obscuridade, 2) contradição, ou 3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e, por derradeiro, 4) o erro material.

Não é a hipótese dos autos. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Não se configura nenhum vício na decisão embargada, uma vez que todas as matérias aventadas no recurso foram devidamente analisadas por este Relator, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada e sem contrariedade, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator